



# Relatório e Contas 2007

Aprovado em Assembleia-geral  
de 25 de Março de 2008

## ÍNDICE

### **A – RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. INTRODUÇÃO, pág. 3
2. PRINCIPAIS INDICADORES, pág. 4
3. SÍNTESE, pág. 5
4. ACTIVIDADE EDITORIAL, pág. 7
5. ESTRUTURA ORGÂNICA, pág. 9
6. ENQUADRAMENTO SECTORIAL pág. 10
7. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR, pág. 12
8. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS, pág. 13
9. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS, pág. 17
10. QUALIDADE DO SERVIÇO, pág. 19
11. ACTIVIDADE INTERNACIONAL, pág. 20
12. RECURSOS HUMANOS, pág. 22
13. INVESTIMENTO E INOVAÇÃO, pág. 23
14. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA, pág. 24
15. PERSPECTIVAS FUTURAS, pág. 27
16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS, pág. 29

### **B – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS, pág. 30**

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 31

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 32

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS OR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 33

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, pág. 34

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007, pág. 48

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007, pág. 49

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 50

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES, pág. 51

### **C – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE, pág. 52**

### **D – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, pág. 64**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, pág. 67**

## 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2007 caracterizou-se por quatro factores dominantes: a assinatura de um novo contrato de prestação de serviço público com o Estado, a entrada em funcionamento de um novo sistema de produção, a consolidação do projecto editorial e a manutenção de resultados positivos.

O novo contrato de prestação de serviço público, para o triénio 2007-2009, define, com muito mais rigor que o anterior, as obrigações da agência para com o Estado e deste para com a agência, clarifica a relação comercial entre ambos e garante estabilidade e segurança à Lusa.

A nova plataforma informática para a gestão de conteúdos, 'LUNA', para além de resolver um dos problemas vindos do passado recente, qualifica o posicionamento da empresa no mercado, significa um passo importante na estratégia multimédia e tem custos de manutenção inferiores aos dos cinco sistemas que veio substituir - sendo ainda de relevar o facto de a sua entrada em produção ter respeitado todos os parâmetros do projecto: calendário, requisitos funcionais e custos.

A consolidação do projecto editorial da agência, no ano findo, permite, por seu lado, tirar o melhor partido do salto qualitativo efectuado com o Luna e cumprir objectivos de afirmação e de expansão a curto e a médio prazo.

O resultado de 2007 foi positivo, situando-se em 764 mil euros, apesar das contingências do mercado e de ser um ano de mudanças estruturais, o que influiu de forma menos favorável nos custos da empresa. O lançamento da externalização de serviços originou um crescimento acentuado nos custos de fornecimento e serviços externos; a implementação do novo sistema informático contribuiu para o crescimento dos custos de amortizações do exercício; e o aumento da taxa Euribor e atraso verificado na entrada em vigor do novo contrato de serviço público com o Estado influíram de forma negativa nos custos financeiros.

Apesar de todos estes factores, a Lusa continuou a situar-se, em 2007, no reduzido grupo de agências europeias que tiveram um bom desempenho. E lançou os fundamentos para resultados empresariais e editoriais favoráveis em 2008 e para a boa prossecução dos objectivos estratégicos da agência, em termos internos e externos.

O Conselho de Administração espera, também, que, a exemplo dos problemas estruturais que foi possível resolver em 2007, diversas questões pendentes, nomeadamente com o Estado, possam ter uma solução justa em 2008.

## 2. PRINCIPAIS INDICADORES

### Indicadores financeiros (Unidade: milhares de euros)

	2007	2006	Δ% 06/07
Proveitos operacionais	18.427	18.430	0
EBITDA	2.852	2.855	0
Resultado operacional	1.793	1.974	-9
Resultado líquido	764	1.058	-42
Resultado líquido por acção (euro)	0,36	0,50	-42
VAB	13.752	14.005	-2
Investimento	766	1.050	-27
Margem EBITDA	15%	15%	0 p.p.
Margem Operacional	10%	11%	- 1 p.p.
Margem líquida	4%	6%	- 2 p.p.
VAB / Efectivo médio (euro)	52.288	52.851	-1
Activo líquido	19.819	23.787	-17
Capital próprio	7.376	7.311	1
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	10%	14%	- 4 p.p.
Liquidez Geral	150%	132%	+ 18 p.p.
Autonomia Financeira	37%	31%	+ 6 p.p.
Solvabilidade	59%	44%	+ 15 p.p.
Cobertura do imobilizado	130%	130%	-

### Indicadores operacionais (Número de unidades)

	2007	2006	Δ% 06/07
Pessoal			
Efectivo a 31 de Dezembro	276	271	+ 1.8%
Jornalistas	209	202	+ 3.5%
Efectivo médio	263	265	-0.8%
Notícias distribuídas			
Texto	150.999*	129.919*	+16.2%
Fotos	38.509*	21.369*	+80.2%
Áudio	2.516	n.d**	
Vídeo	2.251	n.d**	
Arquivos (registos digitais)			
Texto		~4.000.000	
Fotos		~1.200.000	

\* O nº de notícias distribuídas não corresponde ao nº de notícias produzidas

\*\* Os dados relativos a 2006 não são apresentados porque foram produzidos antes da entrada em produção do novo sistema informático

### 3. SÍNTESE

A actividade da LUSA em 2007 foi marcada por quatro eixos prioritários que o Conselho de Administração destaca, sem prejuízo de outras considerações que sobre os mesmos fará nos capítulos correspondentes deste relatório: a revisão do contrato de serviço público celebrado com o Estado; a consolidação dos ajustamentos estruturais e de funcionamento do sector de produção (Direcção de Informação); e a conclusão de dois importantes projectos estruturantes iniciados no ano anterior – a externalização dos serviços de manutenção dos sistemas de informação e o novo sistema de produção, distribuição e arquivo de conteúdos noticiosos e de gestão de clientes e serviços.

O novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, referência fundamental da actividade da Agência, foi celebrado com o Estado em Julho de 2007 e vigora até ao final de 2009, podendo renovar-se por sucessivos prazos de três anos.

O contrato introduz importantes alterações relativamente aos anteriores.

Desde logo, tipifica de uma forma mais ajustada – e também mais clara – as obrigações da Agência relativamente ao Estado e estabelece um sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado e as penalizações em caso de incumprimento.

Depois, fixa um montante para a indemnização compensatória que é imutável durante toda a vigência do contrato, apenas com a correcção devida à inflação. Este aspecto reveste especial importância, porque significa estabilidade e segurança para a LUSA, tanto mais de assinalar quanto é certo que tal contrato representa 76% dos proveitos da empresa.

A actividade editorial diversificou-se e a produção noticiosa aumentou relativamente ao ano imediatamente anterior com a consolidação da estrutura orgânica da Redacção. O sector da Lusofonia foi destacado e a edição de notícias descentralizada para algumas delegações nacionais para favorecer a proximidade em relação à actividade das respectivas regiões e para se conseguir maior rapidez nos fluxos de divulgação das notícias.

A externalização dos serviços de manutenção foi contratada ainda no exercício de 2006, mas a conclusão efectiva do projecto, no plano operacional, deu-se já em 2007.

Este contrato inclui: os serviços de telecomunicações da Agência, a renovação e modernização de um conjunto de servidores e outros equipamentos, o alojamento dos sistemas em *data center*

da PT, a gestão e administração de sistemas de redes, a gestão da resolução de incidentes e suporte ao utilizador (*Service Desk*) e a transferência dos recursos humanos antes afectos a estes serviços para a eChiron (subcontratada da PT Prime).

O Conselho de Administração faz um balanço muito positivo deste projecto, pois ele permitiu a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da Agência e aos utilizadores internos, a monitorização permanente e o controlo da qualidade, a par da redução dos custos operacionais (já verificada no exercício ora findo), que se prevê que se acentue no corrente ano e se mantenha nos seguintes.

A entrada em produção da nova plataforma integrada para a gestão de conteúdos, o LUNA (LUSA News Asset), em 20 de Maio, constitui um marco importante na vida da Agência, por vários e importantes motivos.

Em primeiro lugar, porque se trata de uma ferramenta crítica no aparelho de produção e distribuição de conteúdos, que veio colmatar insuficiências antes sentidas e que limitavam o posicionamento da empresa no mercado. O novo sistema substituiu cinco sistemas diferentes que funcionavam isoladamente, alguns já sem evolução possível, e permitiu a sistematização de outras áreas da empresa, nomeadamente a área comercial.

Em segundo lugar, significa um passo importante na estratégia multimédia da Agência, dado que torna possível a produção, distribuição e arquivo de conteúdos compostos (texto, fotografia, áudio e vídeo), permitindo assim abranger outros segmentos do mercado.

Em terceiro lugar, tem custos de manutenção significativamente mais baixos que os sistemas que veio substituir.

Por último, assinala-se que a sua entrada em produção foi feita em cumprimento do âmbito do projecto e de todos os requisitos funcionais previstos, do calendário estabelecido e do orçamento aprovado.

Além dos quatro eixos prioritários destacados, a actividade da empresa pautou-se pelo respeito pelo Plano de Actividades oportunamente definido, visando a consolidação da posição de referência da LUSA, no plano nacional e internacional e em particular no espaço lusófono, com forte implantação no mercado, e assegurando serviços credíveis no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa.

#### 4. ACTIVIDADE EDITORIAL

No sector editorial da Agência, o ano de 2007 foi um ano de consolidação dos ajustamentos orgânicos e de funcionamento da Redacção, iniciados no segundo semestre do ano anterior.

Logo no início do ano foram implementadas três mudanças estruturais:

- Criação da editoria de Lusofonia, a qual passou a tutelar directamente todo o trabalho editorial das delegações nos países africanos de língua portuguesa e dos delegados e correspondentes no Brasil, Timor-Leste, Macau, África do Sul e Venezuela e, em partilha com outras editorias, da rede de correspondentes nos países com maiores comunidades portuguesas, nomeadamente EUA, Espanha, França, Alemanha, Luxemburgo e Grã-Bretanha.
- Descentralização da edição para algumas delegações nacionais, com o objectivo de produzir notícias mais próximas da actividade das respectivas regiões e uma divulgação mais célere; e
- Requalificação da Agenda vendida aos clientes e da Agenda interna, visando dar maior eficiência ao esforço editorial da Agência e facilitar a sua utilização pelos clientes.

Na reorganização do sector editorial foi dada prioridade à qualificação dos efectivos, com a admissão de quadros, a reformulação de funções e o ingresso de colaboradores de outras áreas da empresa na carreira de jornalistas.

A Lusa produziu mais notícias (texto e foto), fez mais reportagem, inclusivamente no estrangeiro, e apostou mais nos serviços especiais, tendo também assegurado uma cobertura exhaustiva da Presidência portuguesa da União Europeia.

O número de conteúdos únicos (notícias diferentes) ultrapassou os 140 mil, dos quais cerca de 82% são notícias de texto (mais de 300 notícias por dia, em média) e 15% são fotografias. A produção de áudio e de vídeo representa ainda apenas 3% do total.

O número de notícias distribuídas é superior, por a difusão se fazer com base na classificação temática (isto é, uma notícia pode ser distribuída em diferentes serviços).

O quadro seguinte retrata a variedade e a riqueza do noticiário da Agência e evidencia o peso relativo das notícias com temas ligados à “política” e à “economia”, que no conjunto representam cerca de 42% da produção de texto, mas também do “desporto” e da “sociedade” (12% cada) ou das “artes” e da “justiça” (6.5%).

Na fotografia predominam os temas “política” (35%), mas também o “desporto” (25%) e as “artes, cultura e entretenimento” (11%).

Tema - 1º Nivel*	2006		2007	
	Texto	Imagem	Texto	Imagem
Artes, Cultura e Entretenimento	8.132	2.361	9.742	4.288
Crime, lei e justiça	5.050	700	9.869	1.284
Acidentes e Desastres	2.260	540	3.936	1.122
Economia, Negócios e Finanças	24.851	1.413	30.263	2.685
Educação	2.072	355	2.940	545
Ambiente	1.687	342	3.319	479
Saúde	3.767	288	4.416	472
Interesse humano	1.929	770	2.390	1.326
Trabalho	625	415	2.613	643
Estilo de Vida e Lazer	221	368	1.712	449
Política	18.310	5.382	3.2889	13.433
Religião	697	347	1.104	807
Ciência e tecnologia	1.190	126	1.829	284
Sociedade	16.032	229	18.873	771
Desporto	21.579	6.818	18.461	9.486
Guerras e Conflitos	8.166	365	6.643	435
Outros**	13.267	472		
<b>Total***</b>	<b>129.835</b>	<b>21.291</b>	<b>150.999</b>	<b>38.509</b>
<i>* Classificação c/ norma IPTC – International Press Telecommunicatios Council</i>				
<i>** Notícias classificadas com padrões diferentes ou valores resultantes de erros na migração entre sistemas</i>				
<i>*** Valores resultantes da classificação, pelo que o nº de notícias distribuídas não corresponde ao nº de notícias produzidas</i>				

Os arquivos históricos da Lusa guardam a memória do que de mais importante se passou em Portugal nos últimos 30 anos, com mais de quatro milhões de notícias de texto e mais de 1,2 milhões de fotografias, em registos digitais, a que se junta um espólio de mais de dois milhões de imagens ainda não digitalizadas.

## 5. ESTRUTURA ORGÂNICA

A organização da empresa está naturalmente centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno das editorias, delegações e correspondentes, enquadradas pela Chefia da Redacção e pela Direcção de Informação.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração, único administrador executivo e que faz a coordenação da actividade geral e dirige directamente as relações institucionais e as relações internacionais.

O apoio directo ao PCA é feito pelo Gabinete de Planeamento e Projectos Especiais, vocacionado para a concepção e acompanhamento de soluções e a coordenação dos projectos estruturantes ou transversais, e pela Secretaria-Geral, que assegura a maior parte dos serviços corporativos e, juntamente com a Direcção Administrativa e Financeira, alguns dos serviços comuns da empresa.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as quatro direcções operacionais – de Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Comercial e de Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem; Técnica, que controla a gestão dos sistemas de informação; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

A Lusa tem a Redacção central em Lisboa e, actualmente, cinco delegações em território nacional e onze no estrangeiro. Tem também correspondentes em todos os distritos de Portugal e em mais 26 países.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha:



## 6. ENQUADRAMENTO SECTORIAL

A história das agências noticiosas, na última década, foi influenciada pela progressiva redução do poder aquisitivo dos mercados tradicionais (imprensa, rádios e televisões) – motivada esta pelo decréscimo das audiências e da publicidade e pelo desafio da Internet.

Estes factores levaram à necessidade de reequacionar conteúdos e modelos de negócio, de reduzir custos, nomeadamente em pessoal, e de direccionar de forma determinada os investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e a inovação tecnológica. Só medidas duras e ousadas reconduziram uma parte das agências a condições de exploração equilibradas, sem as quais os novos investimento em pessoal qualificado e em tecnologia se tornariam impossíveis.

Novas oportunidades se desenharam para o mercado das agências noticiosas, com o desenvolvimento da internet e a procura de conteúdos para o mercado digital. Mas este caminho tem-se revelado lento, caro e problemático, pois o seu percurso implica tempo, custos e riscos acrescidos – quer na reorganização do modelo estrutural de produção, quer no ajustamento do modelo de negócio a um mercado ainda não totalmente definido, quer na criação de novas plataformas tecnológicas.

As agências noticiosas em todo o mundo, mesmo as de maior dimensão, e em especial no espaço europeu, estão longe de ter um retorno positivo dos seus esforços de modernização do funcionamento editorial e das suas plataformas tecnológicas de operação e de distribuição.

A LUSA, no espaço europeu, inclui-se no ‘grupo das 39’ agências de média dimensão e de médio *turn-over* (próximo dos 20 m€), abaixo das cinco grandes, com volumes de negócios na ordem dos 120 m€ (a francesa AFP, a alemã DPA, a espanhola EFE, a italiana ANSA e a inglesa PA).

Se tivermos por referência os dados da evolução do ‘grupo das 39’ – apresentados no Seminário da EANA, Setembro 2006, em Genebra e referentes ao período 2000-2005 – verificamos que:

- Transformaram-se predominantemente em organizações jornalísticas: a área editorial representava em média 55% dos efectivos, em 2000, e passou a 73%, em 2005. Na LUSA: 65% e 72%, respectivamente, situando-se este *rácio* hoje nos 75%;

- As receitas dos serviços gerais de notícias representam cerca de 66% do total (82%, em 1998), mas os serviços especiais e de IT atingem já os 34% (14%, em 1998). A Lusa mantém exclusivamente a fileira de notícias;
- Os media tradicionais (jornais, rádios e TV) continuam a ser os mais importantes clientes dos serviços noticiosos gerais (cerca de metade dos proveitos), mas os media electrónicos representam já 26% dos mesmos e a área *non media* 23%. A área *non media* na Lusa representa 20% da facturação;
- Só as drásticas reduções de custos, realizadas entre 2000 e 2003 (em média este grupo de agências reduziu os seus custos em 2m€/ano), conduziu ao aparecimento ou crescimento médio dos resultados positivos de 562 mil€, em 2002 para mais de um milhão, em 2005 (LUSA: -3m€ e +1,8 m€, respectivamente);
- A tendência de crescimento de negócios e de proveitos, face à estagnação ou decréscimo dos mercados tradicionais, centra-se numa diversificação sustentável em ‘serviços especiais’ (*online, press releases, desportos, rádio&TV, negócios e finanças e mercados secundários para fotos, infografia e publicações*); para isso, muitas agências constituíram empresas subsidiárias, dedicadas a estes mercados.

Pela sua dimensão e pelo reduzido crescimento da economia nacional, o mercado português é, no âmbito das agências do ‘grupo dos 39’, um dos mais frágeis, mas tem as potencialidades relativas e coloca os desafios de todos os outros. *Medias* em dificuldade, com baixa de audiência e de receitas publicitárias, igual redução da capacidade aquisitiva de serviços por parte de clientes do universo da administração central e local do Estado, conduziram já, em 2007 a uma estagnação na evolução dos proveitos.

O enquadramento europeu do presente constitui no entanto uma referência importante para a definição de um modelo de crescimento a ter em conta pela agência noticiosa nacional.

## 7. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do sector empresarial do Estado, a Lusa está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no sector da Comunicação Social. Entre outros, destacam-se entre as principais as seguintes referências regulamentadoras:

- Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de Maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 31 de Julho de 2007.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que estabelece o estatuto do gestor público.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que estabelece o regime da realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como a contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços.
- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, que estabelece o regime jurídico das empreitadas de obras públicas.
- Acordo de Empresa celebrado, em 31 de Março de 1999, com o Sindicato dos Jornalistas, FETESE, Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, e SENSIQ - Sindicato de Quadros.

## 8. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS

O principal activo da Lusa é a sua reputação enquanto agência de notícias credível e rigorosa, fortemente implantada em todo o território nacional e nos espaços de maior proximidade dos interesses portugueses no mundo.

A agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida e pauta a sua actividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor.

Os objectivos estratégicos de curto e médio prazo delineados têm sido concretizados.

### Visão

Afirmar a importância nacional e internacional da Lusa, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

### Missão

A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objectivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a disponibilização, contratada com o Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.

### Valores

Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade, a fiabilidade e a tempestividade da informação.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a

cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores..

### **Posicionamento**

O posicionamento da empresa no mercado decorre da análise que faz das suas principais vantagens comparativas, das suas debilidades, das oportunidades que identifica como potenciais desafios e dos constrangimentos que se colocam à sua actividade.

**Vantagens comparativas:** a credibilidade dos seus serviços noticiosos, principalmente no seu mercado tradicional, as empresas de comunicação social; o facto de ser a única agência de notícias generalista portuguesa e de dimensão nacional e internacional, com funcionamento contínuo, 365 dias por ano; a sua forte implantação em todo o território nacional e no mundo lusófono.

**Debilidades:** a imagem discreta que projecta para fora do seu mercado tradicional; a rigidez organizacional e a reduzida flexibilidade na gestão de recursos humanos; a forte dependência do contrato de serviço público; e a sua ainda insatisfatória agressividade comercial, herdada de uma canalização praticamente exclusiva para os *media*.

**Oportunidades:** a necessidade crescente e premente da informação, sentida pelas organizações em geral e muito especialmente pelas empresas; o dinamismo empresarial e o reforço da cooperação no espaço da lusofonia; a relativa facilidade da evolução para uma plataforma alargada de circulação de serviços informativos, além da mera difusão de notícias; o amadurecimento do mercado multimédia e a crescente procura de conteúdos digitais.

**Constrangimentos:** a conjuntura económica desfavorável do sector da comunicação social, que nunca deixará de ser destinatário fundamental dos serviços da Agência; as hesitações e a retracção dos negócios na área do multimédia.

## **Objectivos do exercício de 2007**

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objectivos para 2007, traçou acções a médio e curto prazo e precisou os objectivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram atingidos os três principais objectivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda: a revisão do contrato de serviço público, a reestruturação das actividades de manutenção de sistemas e a entrada em produção do novo sistema integrado de produção, distribuição e arquivo de conteúdos e de gestão de clientes e serviços noticiosos (*vide cap. 3. do Relatório de Gestão*).

Consideram-se também genericamente realizados os restantes objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Manter a credibilidade e a importância nacional da Agência, enquanto grossista da informação noticiosa e plataforma da circulação dessa informação em Portugal e no mundo lusófono.
- Estabilizar e consolidar a organização do sector da informação, de modo a que a produção e a distribuição noticiosas respondam com mais eficácia e utilidade às necessidades do mercado e, em primeiro lugar, à dos órgãos de comunicação social (OCS) locais, regionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.
- Melhorar a organização e o funcionamento qualitativo das diversas direcções da empresa.
- Manter uma política e uma acção comerciais e de marketing pró-activas em direcção a novos nichos de mercado de OCS tradicionalmente considerados menos relevantes, ao mundo empresarial, da cultura e de outras áreas da sociedade.
- Manter a aposta na fidelização dos clientes, apesar da conjuntura adversa do mercado da comunicação social, e procurar abrir espaço de mercado para os seus produtos em outras áreas.
- Ampliar a acção da Agência no mundo lusófono, tendo em particular atenção os destinos África, Brasil e Macau, aumentando a circulação de noticiário de e para estes destinos, a cooperação e parcerias com as agências noticiosas dos países da CPLP e as acções de intercâmbio de serviços e de jornalistas.

- Desenvolver actividades que reforcem a imagem externa da Lusa, nomeadamente pela realização, em parceria com entidades públicas ou privadas, de exposições itinerantes sobre a adesão de Portugal à CEE e "Imagens de Agência" (a partir da produção fotográfica própria).

Continuam em desenvolvimento ou esperam melhor oportunidade em função das condições de mercado alguns outros objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Lançar as premissas para o desenvolvimento da produção redactorial, na base do conceito de jornalismo multimédia, nas redacções centrais e na rede de correspondentes.
- Dar execução ao projecto de criação de um serviço especializado na área da economia e dos negócios, vocacionado para o território português e para o mundo lusófono, estabelecendo para isso, se necessário, parcerias com entidades públicas e/ou privadas.
- Alargar a acção de agência difusora de informação noticiosa ao de plataforma de circulação de informação.
- Criar uma área autónoma de distribuição de conteúdos multimédia.

Devido às dificuldades em estabelecer um acordo com os sindicatos, não inicialmente previstas, atendendo ao modo como decorriam as negociações, estão atrasados os objectivos de revisão do Acordo de Empresa e bem assim o reatamento do processo de avaliação de desempenho e o lançamento de um plano bienal de formação, destinado à valorização dos recursos humanos.

## 9. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

A análise da evolução dos proveitos obtidos por áreas de negócios evidencia a forte dependência da empresa relativamente ao Estado.

Tal facto decorre, em primeiro lugar, da prestação do serviço de interesse geral contratado com o Estado mas destinado à comunidade em geral, através dos órgãos de comunicação social regionais e locais e das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro, bem como, de um modo geral, ao espaço da lusofonia.

Por outro lado espelha a debilidade económica do sector da comunicação social, no qual surgem poucas novas edições e as empresas já estabelecidas patenteiam um visível esforço de controlo de custos e não poucas vezes se debatem com graves problemas económicos e financeiros.

Todas as análises prospectivas indicam a inevitabilidade e a proximidade de um novo dinamismo, impulsionado pelos produtos multimédia, mas na maior parte dos casos as intenções de investimentos aguardam melhores oportunidades.

Não obstante este quadro, a Lusa manteve em 2007 o nível de proveitos do ano anterior, tentando compensar, com novos clientes, em novos mercados, as dificuldades sentidas com os seus clientes tradicionais.

O equilíbrio foi conseguido, principalmente, com as vendas no segmento “Empresas”, que registou um crescimento superior a 25% relativamente ao ano anterior.

<b>Áreas de negócios</b>	<b>2006</b> ( a )	<b>2007</b> ( b )	<b>Dif.</b> ( b - a )	<b>Var.</b> (b-a) / (a)
Grandes Órgãos de Comunicação Social	1.934	1.752	-182	-9,39%
Pequenos Órgãos de Comunicação Social	424	435	11	2,60%
Empresas	554	698	144	25,93%
Institucional	14.794	14.933	138	0,93%
Grande Público	39	32	-6	-16,56%
Outros	178	154	-24	-13,63%
Mercado Externo	425	372	-53	-12,39%
<b>T O T A L</b>	<b>18.348</b>	<b>18.376</b>	<b>28</b>	<b>0,15%</b>

Analisando as vendas por produtos, regista-se o forte crescimento da procura de notícias de desporto e economia, de fotografias e de informação de agenda, tal como dos serviços *web*, factos que confirmam o acerto das apostas feitas pela Agência nestas áreas.

De assinalar igualmente o crescimento acentuado da facturação, que mais do que decuplicou, de serviços “diversos” (nomeadamente a publicação de livros e as vendas para publicações não periódicas), facto que igualmente confirma o acerto das opções tomadas relativamente à abordagem de novos mercados.

Os produtos mais significativos, em termos de facturação, continuam a ser o serviços tradicionais, como o “Nacional” e o “Internacional”, mas são estes exactamente os que registam a maior quebra de vendas, facto que acentua a necessidade de se prosseguirem os esforços de diversificação e a aposta em novos produtos.

*Valores em euros*

<b>Vendas por produtos</b>	<b>2006</b> ( a )	<b>2007</b> ( b )	<b>DIF.</b> ( b - a )	<b>VAR.</b> (b-a) / (a)
Serviço Nacional	1.798.759	1.543.375	-255.385	-14,2%
Serviço Internacional	149.114	101.863	-47.251	-31,7%
Serviço África	155.341	156.449	1.108	0,7%
Serviço Economia	156.529	177.885	21.355	13,6%
Serviço Desporto	257.065	304.084	47.018	18,3%
Serviço Fotografia	336.450	392.204	55.754	16,6%
Serviço Rádios Locais	104.857	108.995	4.138	3,9%
Serviço VIP 100	28.026	32.359	4.334	15,5%
Serviço Agenda	67.997	95.797	27.800	40,9%
Serviço Documentação	366.165	294.695	-71.470	-19,5%
Serviços Telemáticos	123.090	148.200	25.109	20,4%
Serviços Especiais	311.970	286.914	-25.055	-8,0%
Serviços Internet	108.683	115.712	7.029	6,5%
Serviço LusaWeb	382.598	513.843	131.245	34,3%
Serviço Actualidade	80.013	69.895	-10.118	-12,6%
Serviços Secundários	162.983	130.089	-32.894	-20,2%
Serviços Diversos	9.027	101.858	92.832	1028,4%
<b>T O T A L</b>	<b>4.598.668</b>	<b>4.574.218</b>	<b>-24.450</b>	<b>-0,53%</b>

## 10. QUALIDADE DO SERVIÇO

A qualidade dos serviços prestados pela Lusa é reconhecidamente boa e o facto é testemunhado pela generalidade dos clientes e parceiros da empresa, que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida e sem interrupções dos serviços, mas também, nas restantes áreas da actividade da empresa, realçam a fiabilidade da informação prestada e a rapidez com que respondem às solicitações.

Torna-se necessário no entanto fazer a monitorização dos níveis de qualidade de forma continuada e numa base sistemática, quer recorrendo a inquéritos de opinião, quer utilizando ferramentas técnicas que permitam a obtenção de dados objectivos.

O contrato de prestação de serviços celebrado com o Estado prevê a monitorização dos níveis de qualidade, para avaliar a satisfação dos serviços prestados pela Agência, e a aplicação de sanções por eventual incumprimento das suas obrigações. Uma grelha de avaliação dos padrões de qualidade será adoptada durante o ano de 2008.

## 11. ACTIVIDADE INTERNACIONAL

No desenvolvimento da sua presença no mundo, a Lusa procurou consolidar a sua presença nos países do arco lusófono e em outros assinalados no contrato de serviço público, participar de forma intensa na vida das organizações internacionais de que faz parte e desenvolver parcerias nas áreas editorial e tecnológica.

Assim, são de realçar os seguintes aspectos:

- Continuou a reorganização das delegações da agência em Timor, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, a que correspondeu uma melhoria substancial do noticiário com origem nesses países e daquele a eles destinado;
- Retomou a cooperação com a agência angolana ANGOP, dando-lhe apoio na formação de um *desk* para cobertura das próximas eleições parlamentares, recebendo uma missão chefiada pela Directora de Informação desta agência e perspectivou-se uma cooperação mais alargada a curto e médio prazo;
- Apoiou a reconversão da agência de Cabo Verde Inforpress, em termos macro (visita do Presidente da Lusa à Cidade da Praia, para contactos com o Governo e a direcção da agência) e em apoio técnico (deslocação de uma missão da Lusa, para apoio ao desenho da reconversão informática da Inforpress);
- Desenvolveu um plano de alargamento da visibilidade da Lusa no Brasil, alargando o leque de utilizadores do seu sítio LusaBrasil, criando uma *newsletter* de apoio, e desenhando esquemas de parceria com agências noticiosas e diversos media nacionais e estaduais brasileiros;
- Intensificou a presença da Lusa na agência fotográfica europeia EPA (de que a Lusa é uma das dez agências accionistas), com a sua eleição para o *Board* e a sua participação activa nos comités técnico e editorial; o *Board* da EPA reuniu em Lisboa em 2007;
- Foi eleita para a vice-presidência da AMAN ( associação das agências noticiosas dos países do Mediterrâneo);
- Participou, com outras quatro agências europeias (polaca, húngara, belga e italiana), no projecto SPHAENA, apoiado pela Comissão Europeia, de recuperação e digitalização

dos arquivos fotográficos históricos, que culminou com uma exposição-mostra internacional em Lisboa, em Setembro de 2007;

- Integrou o projecto conjunto de desenvolvimento e inovação tecnológica MINDS (do qual, à data, fazem parte 10 agências europeias e duas norte-americanas, Associated Press e Canadian Press), que visa responder de forma conjunta à complexidade das exigências dos actuais mercados, pela busca de plataformas de difusão e de criação de conteúdos para os mercados digitais, com a inerente economia da transferência de ‘know-how’ e da redução de custos e de riscos.

## 12. RECURSOS HUMANOS

A empresa tinha ao seu serviço no dia 31 de Dezembro de 2007 um total de 276 trabalhadores, dos quais 264 no quadro de efectivos e 12 com contrato a termo. O efectivo médio foi de 263 trabalhadores. Relativamente ao exercício anterior, regista-se um aumento de cinco unidades no final do ano.

<b>Pessoal</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Nº de trabalhadores a 31 de Dezembro	271	276
Jornalistas	202	209
Administrativos	47	47
Técnicos	11	10
Pessoal de apoio	11	10
Efectivo médio	265	263

Registaram-se ao longo do ano 14 admissões e a saída de 9 trabalhadores, que comparam com 23 entradas e 17 saídas no ano anterior.

O grupo profissional mais expressivo é, naturalmente, o dos jornalistas, que aumentou de 202 para 209.

Do efectivo total, 48% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade e 44% trabalham na Lusa há menos de 10 anos.

As condições de trabalho são reguladas por um Acordo de Empresa que o Conselho de Administração considera que está desajustado das realidades e das condições do mercado. Decorrendo há mais de três anos negociações com os sindicatos com vista à revisão do AE, a empresa tomou a iniciativa, ainda em 2006, de denunciar o acordo existente.

A empresa considera indispensável a revisão profunda, mas justa e equilibrada, das relações de trabalho, principalmente no respeitante a horários e regimes especiais de trabalho, visando a sua adequação às novas condições da actividade. Do mesmo modo é importante a reformulação das carreiras profissionais, de modo a contemplar e estimular o mérito. A empresa propôs também um novo regulamento de avaliação de desempenho, instrumento fundamental para a detecção de necessidades de formação e valorização do trabalhador.

Perante o arrastamento das negociações, o Conselho de Administração decidiu em Dezembro de 2007 requerer a conciliação do Ministério do Trabalho.

### 13. INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

O investimento em 2007 foi de 766 mil euros (menos 27% que no ano anterior) e foi dirigido principalmente para o novo sistema integrado de produção, distribuição e arquivo de conteúdos e de gestão de clientes e serviços, no qual foram aplicados 516 mil euros em *software* e licenciamento (67% por cento do total).

O novo sistema informático, cujo projecto arrancara no ano anterior com um investimento de 492 mil euros em *software* e licenças e 346 mil euros em *hardware*, é uma ferramenta crítica para o negócio da Agência e entrou em produção em Maio, conforme se destaca no capítulo 3. do relatório de gestão (pág. 5).

O LUNA substituiu, com largas vantagens, cinco sistemas não integrados pé-existentes: o SIR (edição de texto), o Symphonia (edição de foto), os *sites* Lusa.pt (distribuição e acesso *web*) e SAENG (arquivo de texto).

No quarto trimestre a Lusa, juntamente com outras dez agências líderes de mercado na Europa e EUA, participou, como fundadora, no lançamento da MINDS International, uma rede vocacionada para a cooperação internacional.

A MINDS posiciona-se como uma unidade de investigação e desenvolvimento nas áreas da informação digital e das soluções de comunicações destinadas à indústria dos *media*, com o objectivo de incentivar as trocas de conteúdos e a redução de custos.

## 14. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela LUSA – Agência de Notícias de Portugal S.A. no ano de 2007 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

### Proveitos

O total de “Proveitos e Ganhos” ascendeu a 18,6 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 93 mil euros (-0,5%) relativamente a 2006, resultante, sobretudo, dos seguintes aspectos:

- Aumento de 28 mil euros nas “Prestações de Serviços”, por via do crescimento de 344 mil euros no contrato com o Estado e da diminuição de 316 mil euros nas “Outras Prestações de Serviços”. Esta deveu-se essencialmente à renegociação do contrato com a Presidência do Conselho de Ministros e do contrato com o Fundo para as Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros ter terminado em Junho;
- O decréscimo de 41 mil euros nos “Subsídios à Exploração”;
- A redução de 86 mil euros verificada nos “Proveitos e Ganhos Extraordinários”.

### Custos

O total de “Custos e Perdas” ascendeu a 17,5 milhões de euros, reflectindo um aumento de 317 mil euros (+1,9%), relativamente a 2006, que resultou das seguintes variações:

- Aumento de 262 mil euros (+6,2%) nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, sobretudo devido ao impacto dos custos relacionados com o projecto de Outsourcing com a PT para gestão e manutenção de sistemas, cujo arranque ocorreu em Novembro de 2006;
- Diminuição nos “Custos com o Pessoal” em 234 milhares de euros (-2,1%), essencialmente pelo facto de, em 2007, não se terem efectuado acordos de rescisão de contratos de trabalho que, em 2006, ascenderam a 704 mil Euros;
- Aumento de 162 mil euros (+16,4%) nas “Amortizações e Ajustamentos do Exercício”, fundamentalmente por efeito do investimento relacionado com o novo sistema informático para a Redacção (projecto LUNA);

- Acréscimo de 100 mil euros (+19,6%), nos “Custos e Perdas Financeiros”, resultado do aumento ocorrido nos juros com empréstimos bancários, como consequência do crescimento das taxas Euribor e dos atrasos relacionados com o recebimento de três *tranches* do pagamento do contrato de prestação de serviços celebrado com o Estado;
- Crescimento de 38 mil euros (+19,6%) nos “Custos e Perdas Extraordinários”.

## Resultados

O Resultado Líquido foi positivo, no montante de 764 milhares de euros, por efeito de:

	(Milhares de Euros)		
RESULTADOS	2007	2006	06/2007
Operacionais	1.793	1.974	-181
Financeiros	-551	-447	-104
Correntes	1.242	1.528	-286
Extraordinários	-136	-11	-124
Antes de Impostos	1.106	1.517	-410
Líquidos	764	1.058	-293

## Situação Patrimonial e Financeira

O “Activo Líquido”, no valor de 19,8 milhões de euros, registou um decréscimo de 3,9 milhões de Euros em relação a 31 de Dezembro de 2006, destacando-se os seguintes aspectos:

- Aumento do “Circulante” de 1,7 milhões de euros, decorrente do crescimento de 1,1 milhões de euros nos depósitos bancários (constituição de um depósito a prazo no montante de 1,3 milhões de euros) e do aumento de 651 mil euros nas dívidas de clientes de curto prazo;
- Diminuição de 5,4 milhões de euros nos “Acréscimos e Diferimentos”, resultante da regularização de parte da dívida da ex-Secretaria de Estado da Comunicação Social (635 mil euros), da dívida do Ministério da Ciência e Tecnologia (249 mil euros) e da última *tranche* do contrato de prestação de serviços celebrado com o Estado e relativo a 2006 (3,4 milhões de euros). De referir ainda a diminuição de 994 mil euros nos Activos por Impostos Diferidos.

Não obstante o Resultado Líquido alcançado, o “Capital Próprio” evidenciou um crescimento pouco acentuado, de 65 mil euros, efeito do desreconhecimento da parte dos prejuízos fiscais reportáveis que a Empresa não espera vir a utilizar (557 mil euros) e da alteração da taxa de IRC (152 mil euros), factos contabilizados em “Resultados Transitados”.

O “Passivo” registou uma diminuição de 4 milhões de euros, resultante, sobretudo, da amortização de dívida bancária de curto prazo.

(Milhares de Euros)

<b>BALANÇO</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>06/2007</b>
Imobilizado Líquido	10.168	10.405	-237
Créditos M/L Prazo	226	262	-36
Circulante	6.816	5.109	1.707
Acréscimos e Diferimentos	2.610	8.011	-5.401
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>19.819</b>	<b>23.787</b>	<b>-3.967</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>7.376</b>	<b>7.311</b>	<b>65</b>
<b>PASSIVO:</b>	<b>12.444</b>	<b>16.475</b>	<b>-4.032</b>
. Provisões p/Riscos e Encargos	137	137	0
. Médio/Longo Prazo	6.019	6.383	-364
. Curto Prazo	4.158	7.832	-3.674
. Acréscimos e Diferimentos	2.130	2.124	6
<b>TOTAL</b>	<b>19.819</b>	<b>23.787</b>	<b>-3.967</b>

## 15. PERSPECTIVAS FUTURAS

No desenvolvimento da sua actividade e de acordo com a sua Visão, a Lusa será uma poderosa plataforma de conteúdos multimédia, visando as necessidades dos mercados tradicionais e as do novo mercado digital, dos agentes económicos, sociais e culturais e dos cidadãos em geral e procurando acentuar a sua presença no espaço e nos mercados da lusofonia.

Para isso, a agência prossegue os objectivos estratégicos seguintes:

- prosseguir a sua recuperação económico-financeira e manter resultados operacionais e líquidos positivos;
- desenvolver novas áreas de negócio, sustentadas pela multiplicação de conteúdos para as áreas tradicional e digital e pelo desenvolvimento de plataformas tecnológicas ajustadas aos novos tempos, que lhe permitam chegar de forma adequada aos mercados português, europeu e lusófono;
- desenvolver parcerias com agências e/ou entidades nacionais e estrangeiras (nomeadamente na Europa e nos países lusófonos) que gerem crescimento através da inovação e serviços baseados em novas tecnologias.

A concretização destes objectivos será firmada pelo desenvolvimento de um conjunto de iniciativas, das quais se relevam as seguintes:

- propostas pró-activas para resolução das questões que possam vir a influir de forma menos positiva na situação líquida da empresa;
- desenvolvimento de produtos nas áreas multimédia (nomeadamente foto e vídeo) e ‘segundo mercado’ (revistas, editorial, publicitário, etc), com ajustamento da organização redactorial e da distribuição de conteúdos;
- concepção de novos modelos de negócio para os produtos Lusa;
- estabelecimento de parcerias com empresas ou grupos de media e empresas de comunicações, que representem valor acrescentado em termos de conteúdos, redução de custos e de riscos e, em termos externos, de defesa internacional da língua portuguesa;

- programas de cooperação com entidades nacionais e internacionais, no campo do desenvolvimento e da inovação tecnológica.

## **16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Para o Resultado Líquido do Exercício de 2007, no montante de € 764.309,43, o Conselho de Administração propõe:

- a) os termos do N.º1 do Art.º 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 38.215,48 Euros para Reservas Legais;
- b) a transferência de 726.093,95 Euros para Resultados Transitados.

**17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

<i>Pág. 31</i>	<i>Balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 32</i>	<i>Demonstrações dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 33</i>	<i>Demonstrações dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 34</i>	<i>Anexo ao Balanço e à demonstração de resultados por natureza</i>
<i>Pág. 48</i>	<i>Demonstração da variação dos fundos circulantes para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007</i>
<i>Pág. 49</i>	<i>Demonstração da origem e da aplicação de fundos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007</i>
<i>Pág. 50</i>	<i>Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 51</i>	<i>Anexo à Demonstração dos fluxos de caixa – Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes</i>

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.  
 BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006  
 (Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	EXERCÍCIOS		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	EXERCÍCIOS	
		2007				2006	
		Activo Bruto	Amortizações e ajustamentos			Activo líquido	Activo líquido
<b>Imobilizado:</b>							
Imobilizações incorpóreas:							
Despesa de instalação	10	212.472,78	212.472,78	-	36, 37 e 40	5.325.000,00	5.325.000,00
Despesa de investigação e desenvolvimento	10	633.757,75	439.704,47	194.053,28	40	764.168,54	750.383,94
		846.230,53	652.177,25	405.284,74	40	232.671,14	179.787,31
					40	289.817,32	(1.500,57)
Imobilizações corpóreas:							
Terenos e recursos naturais	10	1.642.185,02	-	1.642.185,02	40	6.611.657,00	6.253.662,88
Edifícios e outras construções	10	7.721.413,22	1.322.883,33	6.398.529,89		764.309,43	1.057.676,57
Equipamento básico	10	4.317.513,51	3.563.201,73	772.311,78		7.375.866,43	7.311.339,25
Equipamento de transporte	10	378.733,60	309.503,83	69.229,77			
Ferramentas e utensílios	10	6.180,10	6.180,10	-			
Equipamento administrativo	10	497.640,02	449.983,51	47.656,51			
Outras imobilizações corpóreas	10	2.194.746,38	1.279.170,24	915.576,14			
Imobilizações em curso	10	48.101,50	48.101,50	-			
		16.806.513,34	6.912.722,74	9.893.790,60			
Investimentos financeiros:							
Títulos e outras aplicações financeiras	10	80.000,14	-	80.000,14	34 e 51	137.422,01	137.422,01
		80.000,14	-	80.000,14			
<b>Circulante:</b>							
Existências:							
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	41	22.385,71	-	22.385,71	48	5.822.096,07	5.754.718,42
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos	3.d)	2.958.200,43	550.511,82	2.407.688,61	15	150.195,00	519.823,15
		2.960.586,14	550.511,82	2.430.074,32	28	46.386,96	108.235,80
						6.018.678,03	6.382.777,37
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:							
Clientes - Cobrança duvidosa	23 e 34	1.137.951,28	1.056.106,71	81.844,57			
Devedores e credores diversos - caução		143.638,45	-	143.638,45			
Outros devedores e credores - cobrança duvidosa	23 e 34	424,38	287,60	136,78	15	424.391,32	454.208,04
		1.282.014,11	1.056.394,31	225.619,80	28 e 49	2.250.811,44	1.515.430,32
Dívidas de terceiros - Curto prazo:							
Clientes, conta corrente		2.475.035,76	-	2.475.035,76			
Adiantamentos a fornecedores		640,01	-	640,01			
Estado e outros entes públicos		196.365,33	-	196.365,33			
Fornecedores, conta corrente	49	445,45	-	445,45	50	1.879.465,89	1.833.792,51
Outros devedores		143.677,40	-	143.677,40	6	6.227,35	31.995,88
		2.816.163,95	-	2.816.163,95		2.129.833,01	2.123.692,56
Depósitos bancários e caixa:							
Depósitos bancários	53	1.500.107,27	1.500.107,27	383.380,51			
Caixa	53	69.620,65	69.620,65	65.055,78			
		1.569.727,92	1.569.727,92	448.436,30			
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>							
Acréscimos de custos	50	1.620.429,16	-	1.620.429,16			
Custos diferidos	50	311.943,75	-	311.943,75			
Activos por impostos diferidos	6	677.684,36	-	677.684,36			
		2.610.057,27	-	2.610.057,27			
<b>Total de amortizações</b>		<b>7.564.899,99</b>		<b>7.564.899,99</b>			
<b>Total de ajustamentos</b>		<b>1.605.805,13</b>		<b>1.605.805,13</b>			
<b>Total do activo</b>		<b>26.991.290,40</b>		<b>19.819.484,26</b>			
						<b>12.443.517,85</b>	<b>14.476.453,71</b>
						<b>19.819.484,26</b>	<b>23.786.772,96</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS  
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	EXERCÍCIOS	
		2007	2006
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Materiais diversos	41	104.948,90	102.545,31
Fornecimentos e serviços externos		4.499.002,51	4.236.682,20
Custos com o pessoal:			
Remunerações - Órgãos sociais		155.105,49	144.050,89
Remunerações do pessoal		8.511.068,47	8.212.635,00
Encargos sociais e outros		2.080.949,20	2.624.826,57
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1.000.257,93	821.408,43
Ajustamentos	21	150.147,64	167.293,63
Provisões	34	-	-
Impostos		105.940,05	118.862,89
Outros custos e perdas operacionais		26.371,41	26.856,10
<b>A .....</b>		<b>16.633.791,60</b>	<b>16.455.161,02</b>
Juros e custos similares:			
Juros suportados	45	531.950,34	423.486,11
Diferenças de câmbio desfavoráveis	45	18.680,88	18.043,35
Outros custos e perdas financeiras	45	60.878,46	65.969,25
Diferenças de conversão	45	268,30	3.928,29
<b>C .....</b>		<b>611.777,98</b>	<b>511.427,00</b>
Custos e perdas extraordinários	46	17.245.569,57	16.966.588,02
<b>E .....</b>		<b>234.493,93</b>	<b>195.998,09</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	17.480.063,51	17.162.586,11
<b>G .....</b>		<b>341.953,46</b>	<b>458.871,39</b>
Resultado líquido do exercício		17.822.016,97	17.621.457,50
		764.309,43	1.057.676,57
		<b>18.586.326,40</b>	<b>18.679.134,06</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Prestações de serviços	44	18.376.198,90	18.348.080,32
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Proveitos suplementares		13.472,28	13.105,80
Subsídios à exploração	3.g)	24.462,51	65.663,65
Reversões de amortizações e ajustamentos		-	-
Outros proveitos e ganhos operacionais		12.654,05	2.653,93
<b>B .....</b>		<b>50.588,84</b>	<b>81.423,38</b>
Outros juros e proveitos similares:			
Juros obtidos	45	3.888,28	5.799,33
Diferenças de câmbio favoráveis	45	6.573,52	4.996,13
Outros proveitos e ganhos financeiros	45	50.202,79	54.011,18
Diferenças de conversão		-	-
<b>D .....</b>		<b>60.664,59</b>	<b>64.806,64</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	46	18.487.452,33	18.494.310,34
<b>F .....</b>		<b>98.874,07</b>	<b>184.823,73</b>
		<b>18.586.326,40</b>	<b>18.679.134,06</b>
Resumo:			
Resultados operacionais: ( B ) - ( A ) =		1.792.996,14	1.974.342,68
Resultados financeiros: ( D - B ) - ( C - A ) =		(551.113,39)	(446.620,36)
Resultados correntes: ( D ) - ( C ) =		1.241.882,76	1.527.722,32
Resultados antes de impostos: ( F ) - ( E ) =		1.106.262,89	1.516.547,96
Resultado líquido do exercício: ( F ) - ( G ) =		764.309,43	1.057.676,57

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

## LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 52	EXERCÍCIOS	
		2007	2006
Vendas e prestações de serviços	a)	18.376.198,90	18.348.080,32
Custos das vendas e das prestações de serviços		(10.584.301,55)	(10.319.404,50)
<b>Resultados Brutos</b> .....		<b>7.791.897,35</b>	<b>8.028.675,82</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	b)	149.462,91	266.247,11
Custos de distribuição		(760.110,45)	(764.391,88)
Custos administrativos	c)	(2.786.163,40)	(2.906.979,88)
Outros custos e perdas operacionais		(2.737.710,13)	(2.660.382,85)
<b>Resultados Operacionais</b> .....		<b>1.657.376,28</b>	<b>1.963.168,32</b>
Custo líquido de financiamento		(551.113,39)	(446.620,36)
<b>Resultados Correntes</b> .....		<b>1.106.262,89</b>	<b>1.516.547,96</b>
Imposto sobre os resultados correntes		(341.953,46)	(458.871,39)
<b>Resultados Correntes Após Impostos</b> .....		<b>764.309,43</b>	<b>1.057.676,57</b>
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>764.309,43</b>	<b>1.057.676,57</b>
Resultados por acção		0,36	0,50

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### NOTA INTRODUTÓRIA

A LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 31 de Julho de 1997 e que tem como actividade principal actuar como agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das actividades referidas.

Esta actividade foi anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 31 de Julho de 2007, a Empresa celebrou com o Estado Português um Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assume um conjunto de obrigações, nomeadamente quanto à manutenção de um determinado número de delegações, sendo a remuneração da Empresa determinada com base no apuramento de uma indemnização compensatória a ser paga anualmente pelo Estado em função dos serviços prestados pela Empresa ao abrigo do referido contrato.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas de instalação e as despesas de investigação e de desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

Excepto no que se refere ao “Edifício Lusa”, sito em Lisboa, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outras imobilizações corpóreas	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a Empresa efectuou uma reavaliação livre das fracções detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do activo, líquido de amortizações acumuladas de 1.051.067,42 Euros, bem como uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 13), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram aumentadas em 16.627 Euros. Este montante não é aceite como custo para

efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 679.307 Euros (Nota 13).

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos referem-se ao arquivo de texto e imagem adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação – CIPRL e cujo valor foi determinado naquela data com base numa avaliação do seu valor de mercado. Após aquela data, e até 31 de Dezembro de 2003 as entradas no arquivo foram valorizadas com base no valor da receita futura estimada, e que correspondeu a um valor unitário para os documentos de texto e imagem de, aproximadamente, 0,1196 Euros e 1,20 Euros, respectivamente.

Em 2005 a Empresa procedeu ao abate do arquivo de texto, por ser seu entendimento não existirem expectativas de benefícios económicos futuros, pelo que esta rubrica passou a respeitar apenas ao arquivo de imagem.

O ajustamento para depreciação de existências corresponde a 2% do valor do arquivo de imagem existente no início de cada exercício, conforme recomendado na avaliação supra referida.

e) Ajustamentos de dívidas a receber

Foi constituído um ajustamento para cobranças duvidosas de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na cobrança das contas a receber.

f) Especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

g) Prestações de serviços (Indemnização compensatória)

A Empresa regista a indemnização compensatória que lhe é atribuída para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios (Nota 3.f)).

Até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a indemnização compensatória era registada na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados por naturezas e na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados por funções.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para

o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

i) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados financeiros. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os activos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

j) Subsídios ao investimento de imobilizações

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento da aquisição de imobilizações, são registados como proveitos diferidos (Nota 50), na rubrica de acréscimos e diferimentos e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

l) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua actividade.

m) Delegação do Brasil

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efectivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

n) Subsídios à exploração

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para fazer face às operações desenvolvidas pela Empresa, são registadas como proveitos na demonstração dos resultados na rubrica “Subsídios à Exploração” do exercício a que corresponde a sua atribuição independentemente do momento do seu pagamento.

## 6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada até 1,5% pela aplicação da Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2004 a 2007 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento fiscal adoptado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração fiscal, as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2007 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 4.935.049 Euros, e são reportáveis até ao exercício de 2009. No entanto e tendo por base os instrumentos previsionais de gestão respeitantes a 2008 e 2009, a Empresa tem a expectativa de utilizar apenas parte dessa verba, pelo que procedeu ao desreconhecimento da restante, no montante de 2.228.720 Euros.

A partir de 1 de Janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviços com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa legal.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efectuadas em sede de IVA a determinadas transacções ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, não tendo para aquele efeito constituído qualquer provisão. Na data de preparação destas demonstrações financeiras ainda não é conhecido o desfecho desta situação.

#### Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.h), o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo de imposto, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas não afectando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são actualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida directriz, são apenas reconhecidos activos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

#### a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	1.106.262,89
Taxa nominal de imposto	26,5%
	-----
Débito de imposto esperado	293.159,67
Diferenças permanentes (i)	4.622,23
Ajustamentos à colecta (ii)	44.171,56
	-----
Imposto sobre o rendimento do exercício	341.953,46
	=====
Imposto corrente (Nota 49)	61.274,20
Ajustamentos resultantes da alteração da taxa de imposto	41,48
Imposto diferido gerado no exercício	280.637,78
	-----
	341.953,46
	=====

(i) Em 31 de Dezembro de 2007, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	20.947,60
Outras situações líquidas	( 3.505,21 )
	-----
	17.442,39
Taxa nominal de imposto	26,5%
	-----
	4.622,23
	=====

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos (a)	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	1.670.686,89	(151.880,62)	(842.224,01) (b)	676.582,26
Provisões não aceites fiscalmente	1.140,58	(41,48)		1.099,10
	<u>1.671.827,47</u>	<u>(151.922,10)</u>	<u>(842.224,01)</u>	<u>677.681,36</u>
Impostos diferidos passivos:				
Reservas de reavaliação	257.904,37	(9.378,34)	(4.406,26)	244.119,77

(a) Alteração da taxa de imposto:

- Prejuízos fiscais reportáveis: de 27,5% para 25%;
- Provisões não aceites fiscalmente e Reservas de reavaliação: de 27,5% para 26,5%.

(b) Inclui:

- Imposto diferido gerado no exercício: (285.044,04)
  - Desreconhecimento dos prejuízos fiscais em relação aos quais não existe expectativa de utilização: (557.179,97)
- (842.224,01)

## 7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o número médio de pessoal foi de 263 empregados.

## 8. DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, tendo por base o acordo de extinção com a Pararede do contrato de fornecimento de *hardware*, *software* e de prestação de serviços para a implementação da "Solução Global da Redacção", de 2 de Janeiro de 2006, foram transferidas de imobilizado em curso para esta rubrica as despesas incorridas com as consultorias jurídica e de gestão do projecto, por existir a convicção da Empresa de que aquelas consultorias permitirão obter benefícios económicos futuros, nomeadamente com o desenvolvimento e implementação do novo projecto para a Redacção (Luna, implementado em 2007).

## 10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

## Activo bruto

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Tranferências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	212.472,78	-	-	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	633.757,75	-	-	-	633.757,75
	846.230,53	-	-	-	846.230,53
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais	1.511.778,61	-	-	130.406,41	1.642.185,02
Edifícios e outras construções	7.851.819,62	-	-	(130.406,41)	7.721.413,22
Equipamento básico	4.158.764,18	166.015,96	-	(7.266,63)	4.317.513,51
Equipamento de transporte	410.747,27	21.236,51	(53.250,18)	-	378.733,60
Ferramentas e utensílios	6.180,09	-	-	0,01	6.180,10
Equipamento administrativo	493.458,86	5.177,56	-	(996,40)	497.640,02
Outras imobilizações corpóreas	1.157.550,64	68.598,54	-	968.597,20	2.194.746,38
	15.590.299,27	261.028,57	(53.250,18)	960.334,18	16.758.411,84
<b>Imobilizações em curso:</b>	511.702,64	504.996,06	-	(968.597,20)	48.101,50
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Títulos e outras aplicações financeiras	80.000,14	-	-	-	80.000,14
	80.000,14	-	-	-	80.000,14

## Amortizações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	212.472,78	-	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	228.473,01	211.231,46	-	439.704,47
	440.945,79	211.231,46	-	652.177,25
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Edifícios e outras construções	1.160.871,05	161.812,28	-	1.322.683,33
Equipamento básico	3.125.038,13	424.897,74	(4.734,14)	3.545.201,73
Equipamento de transporte	328.479,91	34.274,12	(53.250,20)	309.503,83
Ferramentas e utensílios	6.180,09	-	0,01	6.180,10
Equipamento administrativo	425.316,18	25.527,14	(859,81)	449.983,51
Outras imobilizações corpóreas	1.136.655,05	142.515,19	-	1.279.170,24
	6.182.540,41	789.026,47	(58.844,14)	6.912.722,74

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam o custo de aquisição reavaliado (Nota 3.b)) e respectivas benfeitorias das fracções do “Edifício Lusa”, as quais foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direcção-Geral do Património de 25 de Novembro de 1997 e de acordo com a Portaria n.º 995/97 de 26 de Novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de Março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 31 de Dezembro de 2007 o valor líquido reavaliado das referidas fracções ascende a 6.398.730 Euros (Nota 13).

## 13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2007, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valor contabilístico reavaliado
Terrenos e recursos naturais	1.422.486,99	219.698,03	1.642.185,02
Edifícios e outras construções	5.719.423,01	679.306,87	6.398.729,89
	7.141.910,00	899.004,90	8.040.914,91

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.b)), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram aumentadas em 16.627 Euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 679.307 Euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

#### 14. IMOBILIZAÇÕES LOCALIZADAS NO ESTRANGEIRO

Em 31 de Dezembro de 2007, existiam localizadas no estrangeiro as seguintes imobilizações corpóreas:

Edifícios e outras construções	817.054,68
Equipamento básico	287.160,66
Equipamento de transporte	196.385,82
Ferramentas e utensílios	294,31
Equipamento administrativo	125.844,59
Outras imobilizações corpóreas	3.494,31
	<u>1.430.234,37</u>

Estas imobilizações corpóreas estão afectas às delegações da Empresa (Nota Introdutória).

#### 15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2007, os bens adquiridos em regime de locação financeira são como segue:

	<u>Activo bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Activo líquido</u>
Edifícios e outras construções	2.203.388,65	356.348,81	1.847.039,84
Equipamento básico	1.378.703,74	978.577,12	400.126,62
Equipamento de transporte	181.259,10	170.957,02	10.302,08
Equipamento administrativo	92.651,91	82.623,99	10.027,92
	<u>3.856.003,40</u>	<u>1.588.506,94</u>	<u>2.267.496,46</u>

Conforme indicado na Nota 3.c), a Empresa regista pelo método financeiro os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa registou na rubrica "Fornecedores de imobilizado – conta corrente" 572.612 Euros correspondente à conta a pagar às locadoras, dos quais 150.195 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro de 2007, as responsabilidades da Empresa como locatária, relativas a rendas vincendas, excluindo juros, em contratos de locação financeira, são como segue:

2008	422.417,41
	-----
2009	130.999,51
2010	19.195,49
	-----
	150.195,00
	-----
	572.612,41
	=====

## 21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante foram os seguintes:

### Ajustamentos

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Reversões	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de existências	491.347,86	59.163,96	-	-	550.511,82
Ajustamentos de dívidas a receber:					
Clientes	965.123,03	90.983,68	-	-	1.056.106,71
Outras dívidas de terceiros	287,60	-	-	-	287,60
	<u>1.456.758,49</u>	<u>150.147,64</u>	-	-	<u>1.606.906,13</u>

## 23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2007, existiam dívidas de cobrança duvidosa registadas nas rubricas de “Clientes, conta corrente” e “Outros devedores” de 1.137.951 Euros e 424 Euros, respectivamente, que se encontravam provisionados em 1.056.107 Euros e 288 Euros, respectivamente.

## 25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

Saldos devedores	51.390,71
Saldos credores	14.008,04

## 28. DÍVIDAS EM MORA COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Através de requerimento apresentado em 10 de Fevereiro de 1998, a Empresa efectuou o pedido de adesão ao Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto tendo o mesmo sido deferido por despacho de 4 de Maio de 1998, relativamente às dívidas de IVA do ano de 1992 e posteriormente de 1993, e que em 31 de Dezembro de 2007 ascendem a 108.235,80 Euros, dado a Empresa ter assumido as responsabilidades fiscais da Agência Lusa de

Informação – C.I.P.R.L.. Nos termos do plano de pagamentos reformulado em 3 de Novembro de 1999, esta dívida será paga em prestações mensais de 5.154 Euros cada, até Setembro de 2009, conforme segue (Nota 49):

2008	61.848,84
2009	46.386,96
	-----
	108.235,80
	=====

### 30. GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

A Empresa assumiu, junto do Banco BPI, SA, a obrigação de não alienação ou constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre os bens imóveis que a qualquer momento integrem o seu património, sem prévia autorização por escrito desta instituição financeira.

### 31. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS E NÃO REFLECTIDAS NO BALANÇO

Como referido na Nota 10, caso a Empresa altere a utilização dada às fracções do “Edifício Lusa” cedidas pelo Estado, este poderá ordenar a sua reversão para o domínio privado do Estado, sem direito a reembolso ou indemnização pelos montantes pagos e benfeitorias realizadas pela Empresa.

### 32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Clientes	57.881,48
Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”) (a)	488.856,85
Direcção-Geral dos Impostos (b)	3.710.950,00
	-----
	4.257.688,33
	=====

(a) Esta garantia respeita ao Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (“SIME”) celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, e destina-se a garantir o cumprimento do referido contrato, nomeadamente o reembolso dos incentivos nele previstos.

(b) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 6).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 48) e o contrato de locação financeira celebrado com a Comercial Leasing, S.A. relativo às fracções do “Edifício Lusa” (Nota 15) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

**34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	137.422,01	-	-	137.422,01

A provisão registada na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destina-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho e foi determinada com base no julgamento que deles fez o Conselho de Administração e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

**36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL**

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 acções com o valor nominal de 2,5 Euros, cada.

**37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL**

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2007:

Nome	%	Montante
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO	50,14	2.670.000,00
CONTROLINVESTES MEDIA SGPS, S.A.	23,36	1.243.550,00
IMPRESA JORNAIS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

**40. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO**

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi como segue:

	Saldo inicial	Impostos diferidos (Nota 6)	Aumentos	Aplicação de resultados	Regularizações	Saldo final
Capital	5.325.000,00	-	-	-	-	5.325.000,00
Reservas de reavaliação	750.383,94	13.784,60	-	-	-	764.168,54
Reservas legais	179.787,31	-	-	52.883,83	-	232.671,14
Resultados transitados	(1.508,57)	(713.466,85)	-	1.004.792,74	-	289.817,32
Resultado líquido do exercício	1.057.676,57	-	764.309,43	(1.057.676,57)	-	764.309,43
	<u>7.311.339,25</u>	<u>(699.682,25)</u>	<u>764.309,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.375.966,43</u>

**Reserva de reavaliação:** Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada com base em avaliações técnicas de peritos (Nota 3.b)). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 30 de Novembro de 2006, foi efectuada a redução do Capital Social de 10.650.000,00 Euros para 5.325.000,00 Euros destinada a cobertura de prejuízos.

Por deliberação da Assembleia-Geral, realizada em 16 de Abril de 2007, os resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram transferidos para as rubricas de “Resultados transitados” e “Reservas legais”.

**41. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi determinado como segue:

	Matérias-primas, Subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	26.965,91
Compras	101.518,54
Regularização de existências	( 1.149,84 )
Existências finais	( 22.385,71 )
	-----
	104.948,90
	=====

**43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram de:

Conselho de Administração	127.275,59
Conselho Fiscal	26.619,85
Assembleia Geral	1.210,05
	-----
	155.105,49
	=====

**44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS**

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 distribuem-se por mercado geográfico da seguinte forma:

Mercado nacional	18.004.009,89
Mercado externo	372.189,01
	-----
	18.376.198,90
	=====

**45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS**

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Custos e perdas:</b>		
Juros suportados	531.950,34	423.486,11
Diferenças de câmbio desfavoráveis	18.680,88	18.043,35
Outros custos e perdas financeiras	60.878,46	65.969,25
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i))	268,30	3.928,29
	-----	-----
Resultados financeiros	611.777,98 ( 551.113,39 )	511.427,00 ( 446.620,36 )
	-----	-----
	60.664,59	64.806,64
	=====	=====
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Juros obtidos	3.888,28	5.799,33
Diferenças de câmbio favoráveis	6.573,52	4.996,13
Outros proveitos e ganhos financeiros	50.202,79	54.011,18
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i))	-	-
	-----	-----
	60.664,59	64.806,64
	=====	=====

**46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS**

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Custos e perdas:</b>		
Donativos	500,00	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em existências	932,53	946,94
Perdas em imobilizações	348,75	7.749,85
Multas e penalidades	386,00	64,18
Indemnizações pagas ao pessoal	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	190.930,58	163.101,48
Outros custos e perdas extraordinários	41.396,07	24.135,64
	-----	-----
	234.493,93	195.998,09
Resultados extraordinários	( 135.619,86 )	( 11.174,36 )
	-----	-----
	98.874,07	184.823,73
	=====	=====
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Ganhos em existências	-	-
Ganhos em imobilizações	7.691,85	11.658,17
Reduções de provisões (Nota 34)	-	24.659,05
Correcções relativas a exercícios anteriores	33.919,69	16.032,58
Outros proveitos e ganhos extraordinários	57.262,53	132.473,93
	-----	-----
	98.874,07	184.823,73
	=====	=====

**48. EMPRÉSTIMOS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	Curto <u>prazo</u>	Médio e <u>longo prazo</u>	Curto <u>prazo</u>	Médio e <u>longo prazo</u>
<b>Empréstimos bancários:</b>				
Empréstimos internos	413.083,29	5.817.680,31	1.587.861,05	5.746.152,08
Empréstimos externos	4.372,80	4.415,76	4.909,92	8.566,34
Contas correntes caucionadas	-	-	3.256.846,81	-
	-----	-----	-----	-----
	417.456,09	5.822.096,07	4.849.617,78	5.754.718,42
<b>Outros empréstimos obtidos (a)</b>	246.218,41	-	511.115,12	-
	-----	-----	-----	-----
	663.674,50	5.822.096,07	5.360.732,90	5.754.718,42
	=====	=====	=====	=====

(a) A rubrica "Outros Empréstimos Obtidos" respeita a um incentivo financeiro reembolsável previsto no Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros, celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial ("SIME"). O saldo em dívida a 31 de Dezembro de 2007 será reembolsado em 3 prestações de 81.033,42 Euros e uma de 3.118,15 Euros, todas a liquidar em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos bancários tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2008	417.456,09
2009	417.499,06
2010	387.305,51
2011	5.017.291,50
	-----
	6.239.552,16
	=====

Em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas entre a Euribor a 1 mês acrescida de 0,5% e a Euribor a 3 meses acrescida de 1,375%, e estavam garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os créditos bancários obtidos e não sacados ascendiam a 16.210.968 Euros e 12.954.122 Euros, respectivamente.

#### 49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

##### Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamentos por conta	187.427,42
Retenções na fonte	8.937,91
	-----
	196.365,33
	=====

##### Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	217.546,82
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.524.631,07
Imposto sobre o Valor Acrescentado – Plano Mateus (Nota 28)	108.235,80
Contribuições para a Segurança Social	93.262,87
Caixa de previdência dos jornalistas	285.667,16
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Estimativa de imposto (Nota 6)	61.274,20
Outros	6.580,48
	-----
	2.297.198,40
	=====

#### 50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

##### Acréscimos de proveitos:

Prestações de serviços:	
Subsídio relativo às delegações de Jacarta, Díli, Macau e Pequim (a)	1.629.204,45
Outros	( 8.775,29 )
	-----
	1.620.429,16
	=====

##### Custos diferidos:

Juros vincendos	33.995,29
Outros	277.948,46
	-----
	311.943,75
	=====

##### Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.450.040,39
Outros	429.445,50
	-----
	1.879.485,89
	=====

##### Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.j))	1.840,73
Outros	4.386,62
	-----
	6.227,35
	=====

- (a) Este montante respeita à comparticipação a receber pela Empresa pela manutenção de delegações em Jacarta, Díli, Macau e Pequim nos anos de 1999 e 2000, e que a partir de 2001 passaram a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício nº 1530/00 de 31 de Outubro de 2000 do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social.

51. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2007, encontram-se a decorrer contra a Empresa diversas acções interpostas por terceiros, que reclamam um total de 3.231.612 Euros (incluindo o processo em sede de IVA descrito na Nota 6), cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, não se prevê que dessas acções venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 34).

52. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, na elaboração desta demonstração, foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica “Custo das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui diversas rubricas da demonstração de resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos”, “Custo das existências vendidas, consumidas ou exibidas” e “Custos com o pessoal”.
- A rubrica “Custo de distribuição” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos” e “Custos com o pessoal” relacionadas com a área comercial.
- A rubrica de “Custos administrativos” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos” e “Custos com o pessoal” relacionadas com a área administrativa e financeira.

53. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os componentes de caixa e seus equivalentes tinham a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	69.620,65	65.055,78
Depósitos à ordem	210.107,27	383.380,51
Depósitos a prazo	1.290.000,00	-
	-----	-----
	1.569.727,92	448.436,30
	=====	=====

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	EXERCÍCIOS	
	2007	2006
<b>Actividades operacionais:</b>		
Resultado líquido de exercício	764.309,43	1.057.676,57
<b>Ajustamentos:</b>		
Amortizações e ajustamentos	1.150.403,88	988.741,17
Provisões	-	(24.659,05)
Resultados financeiros	544.057,70	436.533,33
Aumentos das dívidas de terceiros	(762.283,99)	(265.924,38)
Diminuição das dívidas de terceiros	58.091,94	2.029.313,94
Aumentos das existências	-	-
Diminuição das existências	4.580,20	339,97
Aumentos das dívidas a terceiros	1.054.997,56	47.607,26
Diminuição das dívidas a terceiros	(27.545,70)	(171.473,52)
Diminuição dos proventos diferidos	(25.768,33)	(65.588,89)
Aumento dos acréscimos de proventos	4.440.243,57	(3.444.791,72)
Diminuição dos custos diferidos	(33.247,52)	(12.906,03)
Aumentos dos acréscimos de custos	45.693,38	308.775,68
Aumentos dos activos por impostos diferidos	-	-
Aumentos dos passivos por impostos diferidos	-	-
Diminuição dos activos por impostos diferidos	285.085,52	424.675,77
Diminuição dos passivos por impostos diferidos	(4.406,26)	(4.572,53)
Ganhos na alienação de imobilizações	(7.133,02)	(10.122,90)
Perdas na alienação de imobilizações	-	-
<b>Fluxo das Actividades Operacionais [ 1 ]</b>	<b>6.722.768,93</b>	<b>235.948,10</b>
	<b>7.487.078,36</b>	<b>1.293.624,67</b>
<b>Actividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	-
Imobilizações corpóreas	9.803,79	20.389,52
Imobilizações incorpóreas	-	-
Juros e proventos similares	-	-
Dividendos	-	-
	<b>9.803,79</b>	<b>20.389,52</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	(1.729,55)
Imobilizações corpóreas	(766.024,65)	(1.036.675,20)
Imobilizações incorpóreas	-	(13.000,00)
	<b>(766.024,65)</b>	<b>(1.051.404,75)</b>
<b>Fluxo das Actividades de Investimento [ 2 ]</b>	<b>(756.220,86)</b>	<b>(1.031.015,23)</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	67.377,65	67.377,65
	<b>67.377,65</b>	<b>3.850.783,13</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(4.697.058,40)	(3.275.857,99)
Amortização de contratos de locação financeira	(435.827,42)	(334.291,51)
Juros e custos similares	(531.950,34)	(423.486,11)
	<b>(5.664.836,16)</b>	<b>(4.033.635,61)</b>
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento [ 3 ]</b>	<b>(5.597.458,51)</b>	<b>(182.852,48)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes [ 4 ] = [ 1 ] + [ 2 ] + [ 3 ]	1.133.398,99	79.756,95
Efeito das diferenças de câmbio	(12.107,36)	(13.047,22)
Caixa e seus equivalentes no início do período	448.436,30	381.726,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.569.727,92	448.436,29

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

O R I G E M		A P L I C A Ç Ã O	
<b>Internas:</b>		<b>Diminuição dos capitais próprios:</b>	
Resultado líquido	764.309,43	Capital	-
Amortizações do exercício	1.000.257,93	Prémios de emissão de ações	-
Regularização de amortizações	(1,69)	Reservas	-
Varição de provisões e de ajustamentos:		Resultados transferidos	713.466,85
Ajustamentos de dívidas a receber	90.983,68		
Ajustamentos de existências	59.163,96	<b>Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:</b>	
Provisões para processos judiciais em curso	-	Aumentos das dívidas de terceiros a médio e longo prazo:	
	1.914.713,31	Clientes de cobrança duvidosa	28.613,32
		Outros devedores e credores	26.089,78
			54.703,10
<b>Externas:</b>		<b>Diminuições das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:</b>	
Aumentos dos capitais próprios:		Fornecedores de imobilizado - C/Corrente	369.628,15
Reservas	13.784,60	Estado e outros entes públicos	61.848,84
Resultados transferidos	-		431.476,99
<b>Movimentos financeiros a médio e longo prazo:</b>		<b>Aumentos de Imobilizações:</b>	
Aumentos das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:		Imobilizado incorpóreo:	
Empréstimos bancários	67.377,65	Despesas de investigação e desenvolvimento	-
		Imobilizado corpóreo:	
		Equipamento básico	166.015,96
<b>Diminuições de Imobilizações:</b>		Equipamento de transporte	21.236,51
Alienações e abates:		Equipamento administrativo	5.177,56
Imobilizado corpóreo:		Outras imobilizações corpóreas	68.598,56
Equipamento básico	2.533,22		261.028,59
Equipamento administrativo	137,55	Imobilizações em curso:	504.996,06
		<b>Aumento dos Fundos Circulantes:</b>	
			32.874,74
			<u>1.998.546,33</u>

O Técnico de Contas,

O Conselho de Administração,

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA VARIACÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

<b>Aumentos das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo:</b> Clientes - C/Corrente Estado e outros entes públicos Outros devedores e credores Acréscimos e diferimentos	650.685,66 39.847,58 17.047,65 33.247,52	<b>Diminuições das Existências:</b> Matérias primas, subsidiárias e de consumo	4.580,20	4.580,20
<b>Diminuições das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo:</b> Fornecedores - C/Corrente Empréstimos bancários Outros empréstimos obtidos Estado e outros entes públicos Outros devedores e credores Clientes - C/Corrente Acréscimos e diferimentos	- 4.432.161,69 264.896,71 - 29.816,72 2.079,41 39.552,93	<b>Diminuições das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo:</b> Clientes - C/Corrente Fornecedores - C/Corrente Outros devedores e credores Acréscimos e diferimentos	- 445,47 57.646,47 5.434.399,68	- 445,47 57.646,47 5.492.481,62
<b>Aumentos das Disponibilidades:</b> Depósitos bancários Caixas	1.116.726,76 4.564,87	<b>Aumentos das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo:</b> Fornecedores - C/Corrente Estado e outros entes públicos Outros devedores e credores Clientes - C/Corrente Acréscimos e diferimentos	308.990,58 735.381 10.625,86 - 45.693,38	1.100.690,94
	1.116.726,76 4.564,87	<b>Aumento dos Fundos Circulantes</b>	32.874,74 6.630.627,49	32.874,74 6.630.627,49

O Técnico de Contas,

O Conselho de Administração,

O anexo faz parte integrante da verificação dos fundos circulantes em 31 de Dezembro de 2007.

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	Euros	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Numerário:	69.620,65	65.055,78
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:	1.500.107,27	383.380,51
Equivalentes a caixa:		
Caixa e seus equivalentes		
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço:	1.569.727,92	448.436,30

3. INFORMAÇÃO RESPEITANTE À ACTIVIDADE FINANCEIRA NÃO MONETÁRIA

## a) Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados

	Euros	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados:	16.210.968,46	12.954.121,65

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## **18. RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE**

No cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, o Conselho de Administração presta informação, neste este anexo que faz parte integrante do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2007, dos aspectos mais salientes relativos ao Governo da Sociedade, conformes com as orientações emanadas da Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças.

### **Enquadramento regulamentar**

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do sector empresarial do Estado, a Lusa está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no sector da Comunicação Social. Entre outros, destacam-se entre as principais as seguintes referências regulamentadoras:

- Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de Maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português 31 de Julho de 2007.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que estabelece o estatuto do gestor público.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que estabelece o regime da realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como a contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços.
- Decreto-Lei n.º S9/99, de 2 de Março, que estabelece o regime jurídico das empreitadas de obras públicas.
- Acordo de Empresa celebrado, em 31 de Março de 1999, com o Sindicato dos Jornalistas, FETESE, Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, e SENSIQ - Sindicato de Quadros.

## **Posicionamento**

A agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida e pauta a sua actividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor. Os objectivos estratégicos e de curto e médio prazo têm sido delineados e concretizados.

## **Visão**

Afirmar a importância nacional e internacional da Lusa, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

## **Missão**

A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objectivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a disponibilização, contratada com o Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.

## **Valores**

Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade, a fiabilidade e a tempestividade da informação.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores.

## **Objectivos do exercício de 2007**

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objectivos principais para 2007, traçou acções a médio e curto prazo e precisou os objectivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os três principais objectivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda: a revisão do contrato de serviço público, a reestruturação das actividades de manutenção de sistemas e a entrada em produção do novo sistema integrado de produção, distribuição e arquivo de conteúdos e de gestão de clientes e serviços noticiosos.

Consideram-se também genericamente realizados os restantes principais objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Manter a credibilidade e a importância nacional da Agência, enquanto grossista da informação noticiosa e plataforma da circulação dessa informação em Portugal e no mundo lusófono.
- Estabilizar e consolidar a organização do sector da Informação, de modo a que a produção e a distribuição noticiosas respondam com mais eficácia e utilidade às necessidades do mercado e, em primeiro lugar, à dos órgãos de comunicação social locais, regionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.
- Melhorar a organização e o funcionamento qualitativo das diversas direcções da empresa.
- Manter uma política e uma acção comercial e de marketing pró-activas em direcção a novos nichos de mercado de OCS tradicionalmente considerados menos relevantes, ao mundo empresarial, da cultura e de outras áreas da sociedade.
- Manter a aposta na fidelização dos clientes, apesar da conjuntura adversa do mercado da comunicação social, e procurar abrir espaço de mercado para os seus produtos em outras áreas.
- Ampliar a acção da Agência no mundo lusófono, tendo em particular atenção os destinos África, Brasil e Macau, aumentando a circulação de noticiário de e para estes destinos, a cooperação e parcerias com as agências noticiosas dos países da CPLP e as acções de intercâmbio de serviços e de jornalistas.
- Desenvolver actividades que reforcem a imagem externa da Lusa, nomeadamente pela realização, em parceria com entidades públicas ou privadas, de exposições itinerantes sobre a adesão de Portugal à CEE e "Imagens de Agência" (a partir da produção fotográfica própria).

Tiveram menor concretização, ou esperam melhor oportunidade em função das condições de

mercado, alguns outros objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Lançar as premissas para o desenvolvimento da produção redactorial, na base do conceito de jornalismo multimédia, nas redacções centrais e na rede de correspondentes.
- Dar execução ao projecto de criação de um serviço especializado na área da economia e dos negócios, vocacionado para o território português e também para o mundo lusófono, estabelecendo para isso e se necessário parcerias com entidades públicas e/ou privadas.
- Alargar a acção de agência difusora de informação noticiosa ao de plataforma de circulação de informação.
- Criar uma área autónoma de distribuição de conteúdos multimédia.

Devido às dificuldades em estabelecer um acordo com os sindicatos, que atendendo ao modo como decorriam as negociações se não antecipavam, estão atrasados os objectivos de revisão do acordo de empresa e bem assim o reatamento do processo de avaliação de desempenho e o lançamento de um plano bienal de formação, destinado à valorização dos recursos humanos.

### **Transacções relevantes com entidades relacionadas**

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. tem uma participação na EPA European Pressphoto Agency de quatro acções no valor nominal de € 20.000 cada, que representam 1,95% do capital. Não se verificaram transacções relevantes.

### **Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços.**

Todas as aquisições são objecto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direcção Administrativa e Financeira.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores.

Para aquisições de valor igual ou superior a €500 é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

### **Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado**

Não ocorreram.

**Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos** (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€)

- Não se verificou.

**Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais**

O Conselho de Administração foi eleito em assembleia-geral de accionistas e dele fazem parte um presidente, que desempenha também as funções de administrador delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e cinco vogais, não executivos;

O Conselho Fiscal é constituído por composto por três membros, sendo um deles Revisor Oficial de Contas;

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

É a seguinte a identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2006-2008, respectivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa.

Os actuais corpos sociais da Lusa foram eleitos em Assembleia-geral de Accionistas realizada no dia 31 de Março de 2006.

**Triénio 2006-2008**

**Assembleia Geral**

Presidente: Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa.

Vice-Presidente: Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão.

Secretária: Dra. Maria Teresa Gonçalves Ribeiro.

**Conselho de Administração**

Presidente (Administrador Delegado): Dr. José Manuel dos Reis Barroso.

Vice-Presidente: Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso.

Vogal: Dr. José Clemente Gomes.

Vogal: Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro.

Vogal: Dr. Amável Afonso Barata Camões.

Vogal: Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

Vogal: Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado.

Não foram constituídas quais comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.

### **Conselho fiscal**

Presidente: Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres.

Vogal: Dr. João António Oliveira Pires.

ROC Efectivo: Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.

## **6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais**

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.ºs 49/2007, de 28 de Março, e, nomeadamente, em cumprimento com o n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, apresenta-se o elenco completo das remunerações principais e acessórias, incluindo todos os complementos remuneratórios em dinheiro ou em espécie auferidos pelos membros dos órgãos sociais em 2006

### **Regime remuneratório**

A comissão de Fixação de Remunerações da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A., em reunião realizada no dia 18 de Setembro de 2006, decidiu manter os valores determinados pela comissão que lhe antecedeu, exarados em Acta de 6 de Agosto de 2003, e atribuiu senhas de presença aos membros não executivos do Conselho de Administração.

Assim, através da Acta de 18 de Setembro de 2006, a Comissão fixou as seguintes remunerações dos membros dos órgãos sociais:

### **Mesa da Assembleia Geral:**

Presidente da mesa da Assembleia Geral – senha de presença no valor de €275,22 (duzentos e setenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos);

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral – senha de presença no valor de €219,87 (duzentos e dezanove euros e oitenta e sete cêntimos);

Secretário da Mesa da Assembleia Geral – senha de presença no valor de €219,87 (duzentos e dezanove euros e oitenta e sete cêntimos);

### **Conselho de Administração:**

Presidente do Conselho de Administração – remuneração mensal de €6.377,71 (seis mil, trezentos e setenta e sete euros e setenta e um cêntimos), a abonar 14 (catorze) meses por ano;

Vice-Presidente do Conselho de Administração – senha de presença no valor de €350,00 (trezentos e cinquenta euros);

Vogais não executivos – senha de presença no valor de €300,00 (trezentos euros);

### **Conselho Fiscal:**

Presidente do Conselho Fiscal – remuneração mensal de €1.056,29 (mil e cinquenta e seis euros e vinte e nove cêntimos) a abonar 14 (catorze) meses por ano;

Vogal do Conselho Fiscal – remuneração mensal de €85,13 (oitocentos e quarenta e cinco euros e treze cêntimos) a abonar 14 (catorze) meses por ano.

Revisor Oficial de Contas (ROC) – remuneração de €15.000,00 (quinze mil euros) anuais “tendo como referência os valores mínimos que resultam da aplicação da tabela que constitui o anexo II ao Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, bem como os preços praticados no mercado, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outros critérios considerados adequados, de acordo com o previsto no nº 60º do mesmo diploma, em casos devidamente justificados”.

Assim, as remunerações anuais brutas auferidas em 2007 pelos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

### **Mesa da Assembleia Geral**

Teresa Isabel Carvalho Costa, Presidente: € 550.44.

José Manuel Pessoa Amorim Durão, Vice-Presidente: €439.74.

Maria Teresa Gonçalves Ribeiro, Secretária: € 219.87.

### **Conselho de Administração**

José Manuel dos Reis Barroso, Presidente (Administrador Delegado): € 89.287,94.

Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso, Vice-Presidente: € 7.000,00.

José Clemente Gomes, Vogal: € 5.400,00.

Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, Vogal: € 6.300,00.

Amável Afonso Barata Camões, Vogal: €3.300,00.

Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, Vogal: €6.300,00.

Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado, Vogal: € 6.000,00.

### **Conselho Fiscal**

Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres, Presidente: €14.788,06.

João António Oliveira Pires, Vogal: €11.831,82.

Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda., ROC Efectivo: €15.000,00.

O presidente do Conselho de Administração, Dr. José Manuel dos Reis Barroso recebeu, ainda, ajudas de custo no montante de € 3.687,62, no âmbito de deslocações efectuadas ao serviço da empresa.

As despesas incorridas pela Lusa com a viatura de serviço que lhe está afecta, em 2007, foram de € 6.671,04 (viatura contratada em Fevereiro de 2005 ao abrigo de um contrato de aluguer operacional com a duração de três anos). O preço de venda ao público dessa viatura era, à data do início do contrato de aluguer, de € 30.907,80.

O Dr. José Manuel Barroso tem atribuído um *plafond* mensal de consumo de combustíveis de 200 litros, a que corresponde um *plafond* anual de 2400 litros. Em 2007 foram consumidos 1.907,85,10 litros, a que correspondeu a despesa de € 2.367,54.

As despesas efectuadas com o cartão de crédito da empresa pelo Dr. José Manuel Barroso no exercício das suas funções, em 2007, ascenderam a €12.378,25, em serviço da empresa.

O regime de previdência aplicável é o do Regime Geral da Segurança Social.

### **Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido no exercício anterior visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O plano de Actividades para o exercício de 2007 definiu um conjunto de objectivos principais

para 2007, traçou acções a médio e curto prazo e precisou os objectivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os três principais objectivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda:

- a revisão do contrato de serviço público;
- a reestruturação das actividades de manutenção de sistemas; e
- a entrada em produção do novo sistema integrado de produção, distribuição e arquivo de conteúdos e de gestão de clientes e serviços noticiosos.

Um balanço mais detalhado da concretização destes objectivos é feito no capítulo 3 do Relatório de Gestão.

Consideram-se também genericamente realizados os restantes principais objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Manter a credibilidade e a importância nacional da Agência, enquanto grossista da informação noticiosa e plataforma da circulação dessa informação em Portugal e no mundo lusófono.
- Estabilizar e consolidar a organização do sector da Informação, de modo a que a produção e a distribuição noticiosas respondam com mais eficácia e utilidade às necessidades do mercado e, em primeiro lugar, à dos órgãos de comunicação social locais, regionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.
- Melhorar a organização e o funcionamento qualitativo das diversas direcções da empresa.
- Manter uma política e uma acção comercial e de marketing pró-activas em direcção a novos nichos de mercado de OCS tradicionalmente considerados menos relevantes, ao mundo empresarial, da cultura e de outras áreas da sociedade.
- Manter a aposta na fidelização dos clientes, apesar da conjuntura adversa do mercado da comunicação social, e procurar abrir espaço de mercado para os seus produtos em outras áreas.
- Ampliar a acção da Agência no mundo lusófono, tendo em particular atenção os destinos

África, Brasil e Macau, aumentando a circulação de noticiário de e para estes destinos, a cooperação e parcerias com as agências noticiosas dos países da CPLP e as acções de intercâmbio de serviços e de jornalistas.

- Desenvolver actividades que reforcem a imagem externa da Lusa, nomeadamente pela realização, em parceria com entidades públicas ou privadas, de exposições itinerantes sobre a adesão de Portugal à CEE e "Imagens de Agência" (a partir da produção fotográfica própria).

Tiveram menor concretização, ou esperam melhor oportunidade em função das condições de mercado, alguns outros objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Lançar as premissas para o desenvolvimento da produção redactorial, na base do conceito de jornalismo multimédia, nas redacções centrais e na rede de correspondentes.
- Dar execução ao projecto de criação de um serviço especializado na área da economia e dos negócios, vocacionado para o território português e também para o mundo lusófono, estabelecendo para isso e se necessário parcerias com entidades públicas e/ou privadas.
- Alargar a acção de agência difusora de informação noticiosa ao de plataforma de circulação de informação.
- Criar uma área autónoma de distribuição de conteúdos multimédia.

Devido às dificuldades em estabelecer um acordo com os sindicatos, que atendendo ao modo como decorriam as negociações se não antecipavam, estão atrasados os objectivos de revisão do acordo de empresa e bem assim o reatamento do processo de avaliação de desempenho e o lançamento de um plano bienal de formação, destinado à valorização dos recursos humanos.

### **Responsabilidade social**

Durante o ano de 2007 a LUSA patrocinou estágios curriculares para 30 finalistas de cursos de licenciatura, a maioria de comunicação social ou jornalismo, na sequência de protocolos firmados com diversas instituições do ensino universitário e politécnico.

A Agência organizou também, com o apoio da representação em Portugal do Parlamento Europeu, dois seminários de formação sobre temáticas europeias, em Lisboa e Ponta Delgada, destinados a jornalistas da LUSA e abertos à participação de profissionais de outras empresas de comunicação social.

Com o apoio da Comissão Europeia, e em conjunto com a agência espanhola EFE, a LUSA organizou a montagem de uma exposição de trabalhos fotográficos sobre os 20 anos passados desde a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias. Desdobrada em diferentes formatos, a exposição esteve patente primeiramente em Lisboa e foi depois oferecida ao público de outras sete cidades do Continente e Regiões Autónomas.

Juntamente com outras quatro agências de notícias europeias – a ANSA, de Itália, a BELGA, da Bélgica, a MTI, da Hungria, e a PAP, da Polónia – a LUSA participou no projecto SHPAEA (Safeguarding Historical Photographic Archives of European News Agencies) para a recuperação de arquivos fotográficos com valor histórico.

No âmbito deste projecto, que permitiu a recuperação de milhares de imagens do seu espólio, a LUSA organizou uma exposição fotográfica em Lisboa.

No seu portal de notícias e no *site* que mantém no Brasil a Agência disponibiliza um serviço de notícias aberto ao público em geral visando uma informação de base sobre a actualidade nacional e internacional.

### **Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo**

Indicação sobre se a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de cumprir alguns dos princípios de Bom Governo, explicitando as razões pelas quais tal ocorre

- Não aplicável.

### **9. Código de Ética**

O Conselho de Administração aprovou na generalidade um projecto de Código de Ética que se pretende seja a referência básica de conduta da comunidade humana de trabalho que constitui a empresa e no relacionamento desta com a comunidade social em que se integra, nomeadamente os destinatários últimos dos seus serviços noticiosos, os cidadãos em geral, os seus clientes e fornecedores e demais entidades com as quais a empresa se relaciona.

Após a ratificação final, o Código de Ética será objecto de adequada divulgação.

O respeito pelo Código Deontológico dos Jornalistas pauta a actuação do corpo de jornalistas que integra a Agência.

Lisboa,

O Conselho de Administração

## 19. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos elaborar o nosso Relatório Anual e emitir o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Conselho Fiscal efectuou, ao longo do exercício de 2007, reuniões mensais para análise da evolução da gestão e debate, sempre que justificável, com o Presidente do Conselho de Administração, dos assuntos mais relevantes decorrentes da avaliação efectuada, tendo solicitado e obtido esclarecimento das diversas questões suscitadas.

O Conselho Fiscal procedeu igualmente à elaboração de Relatórios Trimestrais, suportados nos trabalhos de auditoria desenvolvidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Órgão, onde expressou a síntese das acções desenvolvidas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas.

Sempre que solicitado, o Conselho Fiscal participou ainda nas reuniões do Conselho de Administração, tendo expressado a sua opinião face às diversas questões que lhe foram suscitadas.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes.

O Relatório de Gestão enfatiza os aspectos mais relevantes da actividade da Lusa ao longo do exercício, destacando a assinatura do novo contrato de prestação de serviço público com o Estado, o qual, na opinião do Conselho de Administração, define com muito mais rigor as obrigações da Agência para com o Estado e deste para com a Agência, clarificando a relação comercial entre ambos e garantindo estabilidade e segurança à Lusa.

Merece ainda destaque no Relatório do Conselho de Administração a entrada em funcionamento da nova plataforma informática para a gestão de conteúdos, o projecto “Luna”, o qual permitirá expandir a actividade para novas áreas de negócio, desejavelmente como uma eficiência acrescida, mediante o desenvolvimento de plataformas tecnológicas ajustadas à realidade dos tempos actuais.

Aliás, a importância dos novos mercados e de eventuais novos clientes, essencialmente posicionados no sector “Empresas”, poderá vir a revelar-se essencial, dada a retracção existente ao nível do mercado e dos clientes tradicionais da Lusa.

Os resultados da Lusa, embora tendo registado uma quebra, em termos líquidos, de 27.8% relativamente ao exercício anterior, apresentam no entanto níveis muito satisfatórios, sobretudo ao nível dos resultados operacionais, onde a quebra foi de apenas 9.2%, comparativamente a 2006.

Em termos globais, o Relatório de Gestão responde às exigências legais aplicáveis, revelando de forma adequada a evolução da actividade da Lusa.

Os demais documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra o Conselho Fiscal, a qual emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas, com cujo teor este Órgão expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais.

Tal como expresso na Certificação Legal das Contas, persistem algumas situações de incerteza susceptíveis de afectar as demonstrações financeiras apresentadas, designadamente no que se refere ao potencial de geração de receitas futuras do arquivo de imagem, ao esclarecimento dos direitos decorrentes de créditos registados sobre entidades públicas e à decisão final relativa aos recursos judiciais apresentados na sequência das liquidações adicionais de IVA efectuadas pela Administração Fiscal.

Dados os elevados montantes associados a estas situações que, no seu conjunto, assumem uma expressão muito próxima do total dos capitais próprios da sociedade, o eventual desenvolvimento daquelas no sentido mais desfavorável à Lusa poderia conduzir à absorção quase integral dos capitais próprios, com as inevitáveis consequências sobre a sua sustentabilidade futura, não obstante o nível de resultados positivos que tem vindo a ser evidenciado.

Face ao exposto e tendo em consideração que os documentos de prestação de contas devem ser lidos em conjugação com o teor da Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, somos de parecer que os Senhores Accionistas da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de aplicação de resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais aplicáveis e estatutárias aplicáveis;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 3 de Março de 2008

### **O Conselho Fiscal**

Presidente

Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres

Vogais

Dr. João António Oliveira Pires

Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.

Representada por:

Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida

## **20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de balanço de 19.819.484 euros e um total de capital próprio de 7.375.967 euros, incluindo um resultado líquido de 764.309 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. Excepto quanto ao descrito nos parágrafos 7 a 9, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em

juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **RESERVAS**

7. Conforme referido na alínea d) da Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos, no montante líquido de 2.407.689 euros, referem-se ao arquivo de imagem, adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação, CIPRL e valorizado nessa data com base numa avaliação, realizada por uma entidade externa. Posteriormente, o saldo bruto existente no início de cada ano tem sido ajustado com base numa taxa de depreciação de 2%, de que resultou o reconhecimento de um custo, no presente exercício, de 59.164 euros.

Contudo, dadas as condições actuais de mercado e os proveitos gerados no passado recente com a cedência de imagens integrantes deste arquivo, não é possível determinar se, e em que medida, os benefícios económicos futuros gerados por este arquivo serão susceptíveis de assegurar a recuperação do valor líquido deste activo.

8. Encontram-se posicionados em Acréscimo de Proveitos 1.629.204 euros, referentes a despesas suportadas pela Lusa com as Delegações de Jacarta e Dili, em 1999 e 2000, e de Macau e Pequim, em 2000, que a Lusa entende que foram assumidas “na sequência de instruções políticas dadas pela tutela e da quais não existe suporte documental substantivo”, não obstante a

existência do compromisso da então Secretaria de Estado da Comunicação Social de que tais encargos seriam incluídos no contrato-programa a assinar entre a Lusa e o Estado, o que efectivamente veio a suceder, mas só para os encargos de 2001 e seguintes, exceptuando Jacarta.

Àquele montante acresce ainda a dívida de uma Entidade Pública, no montante de 177.548 euros, posicionada em contas a receber, relativa a serviços prestados a entidades dos PALOP, na maioria das situações associados a protocolos de cooperação entre o Estado Português e as Republicas de Cabo Verde e da Guiné Bissau, cuja origem remonta a 2004.

De acordo com um relatório elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças em 2006, não existem elementos contratuais que suportem os créditos reclamados, admitindo-se que a realização dos serviços que lhe estão associados tenha sido determinada por razões eminentemente políticas. Naquele relatório reconhece-se, no entanto, que alguns créditos de natureza idêntica, relativos a períodos diferentes foram satisfeitos.

Apesar do Conselho de Administração da Lusa entender que lhe assiste pleno direito ao recebimento destes créditos, no montante global de 1.856.752 euros, desconhece-se se, e quando, os mesmo virão a ser recebidos. Dado que não se encontra registado qualquer ajustamento a estes montantes posicionados no activo, não nos é possível concluir se existirá, ou não, uma sobreavaliação do activo e dos capitais próprios a qual, a verificar-se, será equivalente ao montante que vier a reconhecer-se como não cobrável.

**9.** Conforme referido nas Notas 6, 32, alínea b) e 51 do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se pendentes de decisão judicial os recursos apresentados pelo Conselho de Administração, na sequência das correcções efectuadas pela Administração Fiscal, por considerar que as indemnizações compensatórias relativas aos exercícios de 2001 e 2002 estavam sujeitas a tributação em sede de IVA.

Os montantes envolvidos ascendem a cerca de 2,6 milhões de euros, aos quais acrescerão juros e coimas, caso a decisão judicial seja desfavorável à Lusa, não se encontrando constituída qualquer provisão.

Embora o processo de execução fiscal se encontre suspenso, dado que a Lusa prestou garantia bancária, conforme referido na Nota 32 do Anexo, desconhece-se em que medida as contas da Sociedade poderão ser afectadas pelo desfecho deste processo judicial.

## **OPINIÃO**

**10.** Em nossa opinião, sujeito aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 3 de Março de 2008

**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.**

Representada por:

Vitor Manuel Batista de Almeida